

# REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL: DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO MUNDIAL E A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO


## BURGAN REVOLUTION IN BRAZIL: DEVELOPMENT OF WORLD CAPITALISM AND THE FORMATION OF THE BRAZILIAN NATIONAL STATE


*Carlos Alberto Francisco de Sousa*

 <http://lattes.cnpq.br/5180466937612301>

Bacharel em Ciências Econômicas. Pós-graduado em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais. Mestrando em Ciências Sociais e Humanidades pela Universidade Estadual de Goiás - UEG, Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas. Bolsista CAPES DS.

*Glauber Lopes Xavier*

 <http://lattes.cnpq.br/2831400436201952>

 <https://orcid.org/0000-0002-7905-4962>

Docente do programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (PPG-TECCER). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

### Resumo

A colonização brasileira se deu nos marcos da expansão mercantilista europeia. Portanto, sua economia foi inserida de forma absolutamente subordinada aos ditames das economias comerciais que vigiam no velho continente. Este passado foi crucial para os rumos do capitalismo que tardiamente se constituiu no Brasil, ensejando uma condição de dependência. Sobre tal processo versa o artigo em tela, bem como acerca da edificação do Estado-Nacional brasileiro. Partiu-se do pressuposto de que a via percorrida para a revolução burguesa que se fez observar no Brasil tratou-se da via prussiano-colonial. Para tanto, lançou-se mão da contribuição de autores filiados ao marxismo, sem abrir mão de teorias que foram erigidas por outras correntes teórico-metodológicas, como é o caso de autores do chamado método histórico-estrutural.

**Palavras-chave:** Capitalismo Tardio. Desenvolvimento Capitalista. Via Prussiano-Colonial.

### Abstract

Brazilian colonization took place within the framework of European mercantilist expansion. Therefore, its economy was inserted absolutely subordinate to the dictates of the commercial economies that prevail in the old continent. This past was crucial to the direction of capitalism that was later created in Brazil, giving rise to a condition of dependence. This article is about this process, as well as about the construction of the Brazilian National State. It was assumed that the route taken for the bourgeois revolution that was observed in Brazil was the Prussian-colonial route. For this purpose, the contribution of authors affiliated to Marxism was used, without giving up theories that were erected by other theoretical-methodological currents, such as the authors of the so-called historical-structural method.

**Keywords:** Late Capitalism. Capitalist Development. Via Prussian-Colonial.

## Introdução

Para entender a colonização da América é necessário que se analise o processo de transição do feudalismo para o capitalismo (MAZZEO, 2015). O processo de colonização não só do Brasil, mas da América em sentido amplo, teve como sentido a expansão mercantilista do nascente capitalismo mundial. Nesse sentido, procurar entender o capitalismo brasileiro sem levar em consideração o capitalismo mundial conduz a análise a sérios equívocos. (PRADO JUNIOR, 2008).

As empresas das navegações têm suas bases no capital comercial, o surgimento do capital comercial e seu desenvolvimento caracterizaram o desenvolvimento do feudalismo. O capital comercial teve sua origem nas trocas de intermediários e na exploração tanto de produtores quanto consumidores. Na sua primeira fase ligada as especiarias em uma fase inicial da divisão do trabalho do mercado mundial onde as zonas tropicais tornam-se fornecedoras de condimentos ao mercado europeu (SODRE, 1987).

Nessa primeira etapa Portugal tem papel central. Em meio as transformação que ocorrem na Europa, como resultado da transição de um modo de produção para outro, Portugal se torna o primeiro Estado nacional europeu no final do século XIV e, desse modo, tem as condições materiais para a criação de um poder centralizado que subsidia a expansão marítimo-comercial lusitana dos séculos XV e XVI assim surge o conhecido “sistema colonial” (MAZZEO, 2015).

A discussão sobre a transição do feudalismo para o capitalismo é extremamente rica e foi preocupação de diversos teóricos principalmente no século XX. Para os objetivos desse artigo não será feito um estudo exaustivo dessa discussão. Este trabalho fica restrito aos elementos que contribuíram para o estudo do seu objeto (a formação do capitalismo brasileiro).

Entende-se inicialmente que a formação do capitalismo brasileiro é parte de um capitalismo específico, mas ao mesmo tempo está relacionada ao capitalismo mundial. Aqui a tese de Mello (1982) sobre o capitalismo tardio no Brasil é pertinente. Assim, dada as suas especificidades devido a formação econômica nacional, como: escravidão, colônia, monocultura e a lógica da divisão internacional do trabalho formou-se aqui um tipo específico de capitalismo.

O objetivo geral desse artigo é investigar a formação do capitalismo brasileiro, em específico, pretende-se investigar a constituição do Estado nacional brasileiro nos marcos da formação e desenvolvimento do capitalismo no mundo. O método utilizado foi o materialismo

dialético sem abrir mão das contribuições de autores filiados ao método histórico-estrutural<sup>1</sup>. A metodologia utilizada foi a realização de pesquisa bibliográfica.

Este artigo está dividido em quatro partes. Além dessa introdução, na segunda seção é apresentado o desenvolvimento do capitalismo mundial, em específico o debate sobre a transição do capitalismo para o feudalismo. Também são discutidas as “vias” de desenvolvimento do capitalismo mundial. Na terceira seção, apresenta-se o caso brasileiro demonstrando como foi constituindo o Estado brasileiro e a sua transição de mercantil-escravista para capitalista no século XX. Discutir-se-á as repercussões econômica-social dessa formação tardia do capitalismo brasileiro. Na seção quatro são apresentadas as considerações finais.

### **As origens do capitalismo: transição e desenvolvimento**

O debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo foi extenso. Para melhor condensação do tema aqui a discussão será concentrada nos seguintes autores: Paul Sweezy, Maurice Dobb e Ellen Wood.

Para Dobb (1988) o uso do termo capitalismo é empregado nos mais diversos sentidos, seja num sentido ahistórico como a Escola Austríaca (capitalista), seja no sentido de relações comerciais que visem lucro como na Escola Histórica Alemã. Portanto, só é possível pensar o capitalismo tendo em perspectiva a história. E para além da perspectiva histórica, é fundamental que, como definiu Marx (1988), se leve em consideração que o modo de produção capitalista tem como especificidade a separação dos produtores diretos dos meios de produção e, desse modo, possui duas características fundamentais que são: a extração de mais-valia e a universalidade da mercadoria. Portanto, o capitalismo é marcado pela subordinação direta dos produtores ao capitalista. Nas palavras do Dobb (1988, p. 14):

O desenvolvimento do capitalismo se classifica numa série de estágios, caracterizados por níveis diversos de maturidade e cada qual reconhecível por traços bastantes distintos. No entanto, quando buscamos fazer o levantamento de tais estágios, e escolher um deles como marcando o estágio inicial do capitalismo, surge uma consideração imediata a propósito da qual é de alguma importância não existir confusão. Se falarmos do capitalismo como modo de produção específico, segue-se que não podemos datar a aurora desse sistema dos primeiros sinais do aparecimento do comércio em grande escala e de uma classe mercantil, nem podemos falar de um

---

<sup>1</sup> O método histórico-estrutural é o proposto por economistas latino-americanos na primeira metade da década de 1950. Segundo Furtado (1983, p. 72) “O que se entende por pensamento “estruturalista” em economia não tem relação direta com a escola estruturalista francesa, cuja orientação geral tem sido privilegiar o eixo das sincronias na análise social e estabelecer “sintaxe” das disparidades nas organizações sociais. O estruturalismo econômico [...] teve como objetivo principal pôr em evidência a importância dos “parâmetros não-econômicos” dos modelos macroeconômicos”. A utilização de tal método se justifica por levar em consideração o comportamento de variáveis não-econômicas (frente de expansão, frente pioneira, modernização, concentração fundiária e etc.) e suas repercussões econômicas (desenvolvimento, acumulação, dependência, divisão territorial do trabalho e etc.).

período especial de “capitalismo mercantil”, como têm feito muitos. Temos de buscar o início do período capitalista apenas quando ocorrem mudanças no modo de produção, no sentido de uma subordinação direta do produtor ao capitalista.

Isto posto, é fundamental discutir os sistemas econômicos para evitar demarcação de linhas divisórias da história, pois elementos do próximo sistema já estavam presente no antigo, assim como elementos do sistema anterior ainda podem estar presente no novo (DOBB, 1988).

Ao analisar a transição do feudalismo para o capitalismo é fundamental fazer a crítica ao modelo mercantil. Wood (2001) salienta que o modelo mercantil está intrínseco nas principais explicações sobre a transição<sup>2</sup>. Desse modo, mesmo nas teorias que se propõe a ser crítico do modelo mercantil utiliza-se de elementos desse modelo. Desta forma, é correto supor que este é o modelo dominante ao tentar explicar a transição.

Wood (2001, p. 21) ao se referir ao modelo mercantil aponta:

Longe de reconhecer que o mercado se tornou capitalista ao se tonar compulsório, a maioria das narrativas históricas sugere que o capitalismo surgiu quando o mercado foi libertado de antiquíssimas restrições e quando, por uma ou outra razão, expandiram-se as oportunidades de comércio. Nessas argumentações, o capitalismo representa menos um rompimento qualitativo com formas anteriores do que um maciço aumento quantitativo: uma expansão dos mercados e uma crescente mercantilização da vida econômica.

E completa:

A explicação tradicional – que aparece na economia política clássica, nas concepções iluministas do progresso e em muitos textos modernos de história – é a seguinte: com ou sem uma indicação natural para “comerciar, permutar e trocar” (na célebre formulação de Adam Smith), indivíduos racionalmente voltados para seus próprios interesses têm-se empenhado em atos de troca desde o alvorecer da história (WOOD, 2001, p. 21-22).

Conforme o próprio Smith (1996) afirma, é a divisão do trabalho que através da história vai se aprimorando com o principal objetivo de aumento da produtividade. Para Smith (1996, p. 73):

Essa divisão do trabalho, da qual derivam tantas vantagens, não é, em sua origem, o efeito de uma sabedoria humana qualquer, que preveria e visaria esta riqueza geral à qual dá origem. Ela é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra.

Portanto Wood (2001) aponta que para Smith o capitalismo é um estágio mais elevado onde a divisão do trabalho está no seu estágio mais avançado e, por isso, é apenas um período onde as práticas comerciais estão mais avançadas. De certa forma essa visão converge com as visões que consideram que o capitalismo sempre existiu, visto que alguns autores consideram que onde havia comércio havia capitalismo, as especificidades estariam apenas no estágio de

---

<sup>2</sup> Aqui transição refere ao processo histórico de transição do feudalismo para o capitalismo, ou seja, refere-se a origem do modo de produção capitalista enquanto sistema dominante.

avanco das relações comerciais. Desse modo, a transição seria apenas um período no qual há práticas comerciais mais avançadas.

Dobb (1991) aponta um equívoco nessa visão, pois o capitalismo tem como característica fundamental a separação dos produtores diretos dos meios de produção. Assim haverá a clara oposição entre os produtores diretos (proletariados) e os donos do meio de produção (capitalistas). O próprio Marx (1988) considera que o capitalismo tem características fundamentais que o distingue dos modos de produção anteriores. Entre essas características as principais são a universalização do reino da mercadoria<sup>3</sup> e a produção de mais-valia.

As explicações ligadas ao modelo mercantil, segundo Wood (2001), tem em comum alguns pressupostos, como: a continuidade desde as sociedades primitivas do comércio e do mercado, diferindo apenas de formas mais primitivas de troca para formas mais modernas durante o capitalismo industrial. Destarte, essas teorias não distinguem as trocas primitivas que tinham base na prática de “comprar barato para vender caro” da troca moderna que visa a acumulação através da apropriação da mais-valia.

O modelo mercantil é a explicação tradicional que está envolto da noção de evolução. Por isso, é um modelo onde não existe a necessidade de estudar as especificidades do surgimento do capitalismo. Considera que o capitalismo sempre existiu, ao menos numa forma embrionária, desde o início da história (WOOD, 2001).

O modelo mercantil sofreu modificações e aprimoramentos. Para Weber desde a antiguidade clássica já existia um certo tipo de capitalismo, porém não estava totalmente desenvolvido. Entretanto, o objeto de estudo de Weber era a Europa por isso enfatiza a cidade europeia e preocupa-se apenas com o desenvolvimento do capitalismo ocidental. Contudo, fica restrito a ideia de que fora do ocidente o capitalismo sofria obstáculos, seja por formas de dominação e/ou tradições religiosas específicas. Nessa visão é notória a naturalização do capitalismo como um modo de produção ahistórico que sempre existiu e só não eclodiu devido aos obstáculos existentes nas mais diversas organizações de sociedade (WOOD, 2001).

Algumas teses pretenderam ser ataques ao modelo mercantil entre elas o modelo demográfico “que atribui o desenvolvimento econômico europeu a certos ciclos autônomos de crescimento e declínio populacional.” Porém, mesmo que tenha pretendido questionar o modelo mercantil ao mesmo tempo se aproximava dele (WOOD, 2001, p. 27).

Segundo Wood (2001, p. 27):

---

<sup>3</sup> Tudo se torna mercadoria. A terra que é um elemento da natureza, o trabalho que é um elemento fisiológico do trabalhador (força de trabalho) e o dinheiro que é um facilitador da troca são convertidas em mercadorias (POLANYI, 2000). Além disso tudo é produzido com a intenção de ser destinado a um mercado.

A premissa subjacente ao modelo demográfico, afinal, é que a transição para o capitalismo foi determinada pelas leis da oferta e da procura. Essas leis seriam determinadas de modos mais complexos do que o modelo mercantil seria capaz de explicar. Teriam menos a ver com os processos sociais de urbanização e comércio crescente do que com complexos padrões cíclicos de crescimento e declínio populacional, ou barreiras malthusianas. Mas a transição para o capitalismo continua a ser uma resposta às leis universais e transitórias do mercado – as leis da oferta e da procura. A natureza do mercado e de suas leis nunca é realmente questionada.

O modelo demográfico, apesar de fazer a crítica ao modelo mercantil e em alguns pontos conseguir ser bem-sucedido, sofre do mesmo equívoco do modelo mercantil ao creditar a transição as leis universais. Por isso, não consegue avançar e elaborar uma crítica contundente. Desse modo, o problema consiste que em todas as explicações a transição foi uma resposta a leis universais, ou seja, o capitalismo sempre existiu e só esteve inerte devido as instituições arcaicas dos modos de produção anteriores (WOOD, 2001).

O debate sobre a transição é vasto. Devido a extensão do debate aqui não será feita uma análise detalhada, mas sim apontar-se-á os elementos que contribuem para compreensão da formação do modo de produção capitalista. Dobb (1988) inova ao situar as origens do capitalismo no campo. Wood (2001) aponta essa nova interpretação como forte oposição ao modelo mercantil, porque contesta uma das suas principais teses: a de que a origem se situa nas cidades e no comércio. Além disso, Dobb (1988) coloca a dissolução do feudalismo e a advento do capitalismo na luta de classes existente entre senhores e camponeses.

Com a publicação do livro do Dobb (1988), Sweezy (1977) entra no debate da transição. Sweezy (1977) procura situar qual o período da transição. Para Dobb (1988) o feudalismo entra em crise no século XIV e a partir daí entra em declínio, variando de acordo com as regiões. O problema decorrente dessa constatação é: qual o modo de produção desse período de transição? Visto que o mesmo não foi nem feudal e nem capitalista. Por isso, Dobb (1988) chega à conclusão de que no período da transição o modo de produção hegemônico era o feudal.

A partir dessa colocação Sweezy (1977, p. 47) contesta:

Esta resposta, porém, não é muito satisfatória. Se o período deve ser considerado feudal, mesmo do ponto de vista da definição abrangente de Dobb, então pelo menos deveria caracterizar-se pela ainda vigente predominância da servidão no campo. Tudo indica, porém, que este foi precisamente o período em que a servidão declinou até atingir proporções relativamente pequenas em toda a Europa.

Segundo Sweezy (1977, p. 47) a servidão, nesse período, “deixara de ser a relação de produção dominante em toda a Europa ocidental”. Consequentemente, não se pode dizer que ainda há uma relação de produção feudal nesse período.

E conclui Sweezy (1977):

Parece-me que alargar o conceito de feudalismo dessa maneira é privá-lo da exatidão essencial à sua aplicabilidade científica. Se o fato de os arrendatários serem explorados pelos terratenentes e deles dependerem “de numerosas outras maneiras”

constitui marca do feudalismo, teríamos de concluir, por exemplo, que certas regiões dos Estados Unidos são feudais na atualidade. Tal descrição pode justificar-se para finalidades jornalísticas; mas se partimos daí para concluir que o sistema econômico sob o qual vivem hoje essas regiões dos Estados Unidos é essencialmente idêntico ao do sistema econômico da Europa na Idade Média, estaremos a um passo de séria confusão. Creio que o mesmo se passa, ainda que, naturalmente, em grau muito menor, se atribuirmos identidade fundamental entre o sistema econômico da Inglaterra no séc. XVI e o da Inglaterra do séc. XIII. Ora, atribuir-lhes o mesmo nome, ou abster-se de dar-lhes nomes diferentes, será inevitavelmente suscitar tal hipótese.

A partir dessa afirmação, Sweezy (1977) chega a conclusão que o período de transição não foi uma mistura de capitalismo e de feudalismo, mas pelo contrário os elementos dominantes não faziam parte de nenhum dos dois modos de produção. Portanto, segundo o autor, houve nesse período um sistema de “produção pré-capitalista de mercadorias”, que no sentido proposto por ele foi o crescimento da produção de mercadorias que eliminou o feudalismo e preparou o terreno para o desenvolvimento e consolidação do capitalismo. Por isso, para Wood (2001), Sweezy (1977) defendia o modelo mercantil enquanto Dobb (1988) o atacava.

Portanto, Wood (2001, p. 41) se aproxima de Dobb (1988), ao afirmar: “a cidade e o comércio não eram necessariamente antagônicos por natureza ao feudalismo, de que o “motor primordial” encontra-se nas relações primárias de propriedade do feudalismo, e de que a luta de classes entre os senhores e os camponeses foi central no processo.” Entretanto, ao mesmo tempo que Dobb (1988) se opõe diretamente ao modelo mercantil, ele parece admitir que o declínio do feudalismo por si só explica a ascensão do capitalismo, enquanto Sweezy (1977) percebe que podem ser interpretados como dois fenômenos separados. Nessa tese em particular Dobb (1988) se aproxima do modelo mercantil e Sweezy (1977) se afasta.

A constituição do capitalismo não foi de forma alguma homogênea. Poulantzas (1977) estuda e diferencia os casos distintos de formação do Estado burguês. Ele observa individual o caso inglês, o caso francês e o caso alemão. O modelo inglês faz parte de uma “via clássica” de desenvolvimento capitalista, onde as relações de produção vão ao longo do seu desenvolvimento histórico se transformando gradativamente em relações de produção burguesas. A propriedade senhorial vai se transformando aos poucos em propriedade capitalista. Para Poulantzas (1977, p. 166):

O resultado primordial da Revolução Inglesa, nas relações de produção, foi a constituição de uma agricultura capitalista, caracterizada pelo sistema triádico dos grandes proprietários fundiários, ínfima minoria monopolizando a propriedade da terra, dos rendeiros e de uma imensa maioria de operários agrícolas. Constatava-se, doravante, a ausência de rendeiros feudais – cujos traços tardios se encontram na Prússia Oriental –, e de médios e, sobretudo, pequenos proprietários de terra, ou seja, camponeses parcelares da pequena produção, que são um produto típico da Revolução Francesa e que marcam todo o desenvolvimento político posterior da França. O “campesinato” inglês estará, doravante, ausente, como força social, do desenvolvimento político do país. Esse processo particular de estabelecimento da

dominância do M.P.C [Modo de Produção Capitalista] pela destruição das possibilidades da pequena produção na agricultura deu lugar a um excepcional desenvolvimento da burguesia comercial e industrial e, depois, financeira: por isso, estes resultados não se manifestam simplesmente no campo.

Nessa passagem Poulantzas (1977) deixa claro que apesar de Inglaterra e França fazerem parte da via clássica do desenvolvimento capitalista eles possuem especificidades. Onde na França o “povo” teve papel fundamental na constituição do Estado burguês. De acordo com Poulantzas (1977, p. 171 grifos originais):

a burguesia francesa, ao contrário da burguesia inglesa de 1640 a 1648, ascendeu realmente ao poder político, mas *por que preço!* Ela só pôde fazer apoiando-se amplamente no pequeno campesinato e na pequena burguesia e mesmo, ocasionalmente, nos operários de manufatura presentes sobretudo nos *sans-culottes* parisienses.

A revolução francesa se deu de forma distinta da inglesa, a qual foi caracterizada pelo grande proprietário e a centralização da propriedade da terra, além da ausência dos pequenos proprietários e ausência do campesinato como força política. Por isso a Inglaterra teve um desenvolvimento vertiginoso da burguesia industrial e comercial já de partida. Na França há a participação da pequena burguesia e do campesinato no processo de transformação, além de uma mudança na superestrutura do Estado, com o aperfeiçoamento e criação de instituições capitalista.

No caso alemão que na verdade é uma análise em particular da revolução burguesa na Prússia, Poulantzas (1977, p. 176) afirma que a nobreza fundiária permaneceu com o poder político e com o domínio do Estado prussiano, além de conservar por tempo considerável estruturas feudais. “É de fato esse Estado, sob Bismarck, que levará a burguesia a alcançar a dominação política, o que Marx e Engels caracterizaram precisamente como a revolução “a partir de cima”.” A revolução burguesa na Alemanha foi tardia, a sua industrialização apesar de começar já nas primeiras décadas do século XIX não ofereceu alterações na dominação política tradicional da nobreza fundiária.

Na Prússia não houve uma revolução propriamente dita. As relações feudais existentes não foram em um assalto eliminadas em prol das relações capitalistas. O que houve foi uma conciliação “pelo alto”, onde os interesses da classe burguesa e da nobreza feudal foram acomodados. Nesse sentido, a via prussiana ao contrário da clássica (em especial o caso francês) pôde abrir mão da participação das massas no processo “revolucionário” (MAZZEO, 2015).

Isto posto, na próxima seção ao se discutir o Brasil, tem-se em mente que a formação econômica brasileira está articulada com o processo e movimento do capitalismo mundial, porém é um tipo específico de desenvolvimento capitalista. Desse modo, sem a compreensão



das formas básicas de desenvolvimento do capitalismo mundial seria possível compreender o capitalismo brasileiro.

### **A revolução brasileira: *via prussiano-colonial e capitalismo tardio***

É importante ter em mente qual foi o contexto histórico da colonização brasileira. Com o declínio do feudalismo as trocas assumem um impulso novo que anuncia o mundo moderno. Inicia-se uma fase de expansão mercantilista, onde há de forma vertiginosa a expansão da empresa das navegações. Nesta fase o predomínio econômico que antes era da Itália passa para os países da península ibérica, para a Holanda e para a Inglaterra (SODRÉ, 1987). É justamente esse o período do sistema de “produção pré-capitalista de mercadorias” que destacou Sweezy (1977) como sendo o período de transição entre o feudalismo e o capitalismo e que nenhum dos dois modos de produção eram predominantes. É nessa fase da história que se insere a colonização brasileira.

O capitalismo é um modo de produção onde a finalidade não é a simples troca<sup>4</sup>, mas o objetivo é a acumulação de capital por meio da produção e expropriação da mais-valia (SODRÉ, 1987). A colonização brasileira teve um sentido específico: formar uma empresa agrícola colonial com o objetivo de abastecer o mercado europeu com produtos tropicais que tinham grande demanda. Na formação da economia brasileira, a economia interna não foi fomentada e os surtos de manufaturas internas foram reprimidos pela coroa portuguesa. A metrópole não possuía interesse que esses produtos ganhassem grandes proporções no Brasil, a economia brasileira torna-se essencialmente voltada “para fora<sup>5</sup>” durante séculos (PRADO JÚNIOR, 2000).

Essa estrutura imposta desde o início da colonização repercute na dificuldade do Brasil na criação de uma economia onde seu centro dinâmico estivesse dentro do próprio território. Essa estrutura permanece praticamente inalterada durante os três primeiros séculos da colonização. Apesar de ter desenvolvido centros urbanos significativos, não desenvolveu de forma suficiente as atividades manufatureiras. A possível causa foi a falta de conhecimento técnico dos imigrantes para estabelecer atividades manufatureiras no Brasil, seguido da falta de interesse de estimular essas atividades. Em 1703, o tratado de Methuen acaba com qualquer possibilidade de desenvolvimento de manufaturas no Brasil (FURTADO, 2007).

---

<sup>4</sup> Segundo Marx (1988) a produção simples sendo representada pela fórmula  $M - D - M$  (Mercadoria - Dinheiro - Mercadoria) e a fórmula  $D - M - D'$  (Dinheiro - Mercadoria - mais Dinheiro) é a fórmula geral do capital.

<sup>5</sup> Segundo Mello (1982) com o desenvolvimento para fora, a economia não dispõe de comando sobre o seu próprio processo de desenvolvimento, ou seja, seu eixo dinâmico está fora e além disso depende da demanda dos países centrais.

O acesso à terra era limitado e incompatível com o proprietário que dependia da própria força de trabalho. As terras, em geral, eram doadas exclusivamente a quem tivesse condições de montar um engenho, evidentemente essa medida gerava de imediato um limitante importante quanto ao acesso dos colonos a terra. Dessa forma a sociedade brasileira, em grande medida, de partida já teve como características estruturais as grandes fazendas, como consequência ficou marcada pelos pilares da grande propriedade, do escravismo colonial<sup>6</sup> e do regime colonial (SODRÉ, 1987).

Devido as inúmeras dificuldades na formação econômica brasileira é apenas no século XX que haverá a implantação e consolidação de um Estado burguês propriamente dito no Brasil, ou seja, a consolidação do Brasil enquanto Estado-Nação, porém permanecendo a estrutura dependente e periférica de acordo com os marcos da divisão internacional do trabalho vigente no período.

Para Saes (1985) a transformação burguesa do Estado brasileiro passa por três eventos históricos fundamentais: a) a abolição da escravatura (1888), b) a proclamação da república (1889) e c) assembleia constituinte (1890-1891). De certa forma são esses eventos que representam a revolução burguesa brasileira. A revolução antiescravista brasileira (1888-1891) é a responsável por criar as condições jurídico-políticas necessárias ao estabelecimento da consolidação do Estado burguês brasileiro.

Entretanto, é preciso levar em consideração alguns outros eventos importantes que contribuíram para a formação do Estado Nacional, como: a vinda da família real para o Brasil (1808), a Proclamação da Independência (1822), o fim da subordinação a Inglaterra (década de 1840), a alteração do modelo de desenvolvimento para fora para desenvolvimento para dentro (conforme apontado por Mello (1982) e Furtado (2007)), o início e constituição da economia cafeeira. Os eventos históricos apontados por Saes (1985) constituem importantes marcos para a constituição do capitalismo nacional. Essa visão diverge com outros autores como Furtado (2007), Mello (1982) e Tavares (1999). Esses autores consideram que a “revolução” burguesa no Brasil ocorreu apenas na década de 1930. O uso do termo “revolução” é controverso, visto que no país não houve uma ruptura com as estruturas preexistentes para implantação de novas estruturas o que houve foi uma conciliação de interesses com as antigas oligarquias rurais e a nascente burguesia industrial, conforme destaca Tavares (1999).

---

<sup>6</sup> Existe divergências importantes quanto se o escravismo colonial foi modo de produção ou se trata de uma formação social particular de caráter capitalista (MAZZEO, 1986). Neste artigo não aprofundaremos essa discussão, porém aqui entende-se que a escravidão colonial não é um modo de produção, *per si*, mas sim uma formação social particular de caráter capitalista.

Para Saes (1985, p. 184):

[E]m qualquer formação social (escravista, feudal, asiático) que tenha experimentado algum desenvolvimento do comércio, a dominância de relações de produção capitalistas só pode se estabelecer após a transformação superestrutural que denominamos revolução política burguesa, e, mais ainda, essa transformação superestrutural é condição necessária – embora não suficiente – para o estabelecimento da dominância das relações de produção capitalistas.

Mello (1982) se propõe a estudar o nascimento e consolidação do capital industrial a partir de ciclos longos do café. O primeiro, de 1886 a 1918, compreendendo doze anos de expansão e vinte de depressão. A segunda, a expansão de 1919 a 1929 e a depressão termina apenas com o boom cafeeiro do pós Segunda Guerra. O boom, entre 1886 e 1918, ocorre devido a ampla disponibilidade de terras, além disso o complexo exportador teve uma oferta de força de trabalho abundante graças a imigração.

A economia cafeeira tem uma dinâmica muito maior do que a economia da grande fazenda de engenhos produtoras de açúcar, por proporcionar encadeamentos para frente e para trás<sup>7</sup>. Os encadeamentos podem ser observados por um complexo exportador cafeeiro, com um núcleo produtivo integrado com beneficiamento, seguimento urbano com serviços de transporte (estradas de ferro, portos e etc.), atividades comerciais com casas importadoras e exportadoras, bancos, além de importação de meios de produção. Os meios de produção necessários ao núcleo produtivo foram assegurados pela economia cafeeira. O segmento urbano supre a grande indústria produtora de bens saláris (MELLO, 1982).

Para Silva (1982) o desenvolvimento recente da economia brasileira teve algumas fases distintas: a primeira, entre 1850 a 1888 tem como marco o final do sistema colonial, nessa fase destaca-se o bloqueio da industrialização, causado principalmente pela economia escravista. O período seguinte é de 1888 a 1933 (que compreende também o período que Saes (1985) investiga) é marcado pela consolidação do capital industrial no país, constituindo uma agricultura mercantil de alimentos e de matérias-primas (principalmente pelo fim da escravidão) e ainda em um número incipiente de indústrias de bens leves de produção e bens salário.

De 1933 a 1955 ocorre no Brasil um novo padrão de acumulação, que alguns autores chamaram de industrialização restringida<sup>8</sup>. Nesse padrão a economia vai se desvencilhando da

---

<sup>7</sup> Segundo Hirschman (1961) o efeito em cadeia retrospectiva (encadeamentos para trás) ocorre quando uma atividade não-primária induz formas de abastecer a sua atividade produtiva por meio de produção interna. O efeito em cadeia prospectiva (encadeamentos para frente) ocorre quando atividades que não produzem bem final, induz atividades econômicas a utilizar seus produtos como matéria para uma nova atividade.

<sup>8</sup> Este conceito foi inicialmente formulado por João Manuel Cardoso de Mello e Maria da Conceição Tavares. Mello (1982, p. 110, grifo do autor) afirma que nessa fase “[h]á industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital

sua dependência do setor cafeeiro. Entre 1956 e 1966 inicia-se a implantação de investimentos de industrialização pesada (SILVA, 1982).

Nesses momentos que há no Brasil a possibilidade de se implantar uma via prussiana, porém ela não se efetivou. Num primeiro momento durante o Estado Novo sob o governo de Getúlio Vargas e, posteriormente, décadas mais tarde já na ditadura militar no governo do Geisel. Apesar do desejo da criação de estado prussiano no governo Vargas ter fracassado o seu projeto de industrialização foi bem-sucedido. Isso ocorre porque naquele momento mesmo havendo um estado autoritário e possuidor de autonomia esta esbarrava nos limites estabelecidos pelas forças de sustentação (FIORI, 1990).

Nas palavras de Fiori (1990, p. 47):

Limites visíveis na objeção ao controle e ao plano, mas muito mais importantes e permanentes nos constrangimentos financeiros. Nesse terreno e ainda sonhando com um padrão endógeno de financiamento, o Estado Novo alterou as regras fiscais e ampliou a base tributária, fazendo dos impostos de renda, consumo e selo as fontes fundamentais dos recursos da União. Mas essas mudanças foram insuficientes até mesmo para dar conta dos gastos correntes do Estado, sem falar de suas pretensões industrializantes.

Para uma estratégia prussiana obter sucesso naquele momento era necessário investimento público e privado em grandes volumes e integrados para a constituição de uma industrialização pesada, o que não ocorreu naquele momento. E não ocorre pois não houve articulação/parceria entre o Estado e o empresariado, vetado pelas classes dominantes do país ligadas e/ou constituídas de estratos ligados ao capital agrícola e partidárias de um liberalismo econômico anti-estatal e que privilegiava o capital estrangeiro (FIORI, 1990).

A “via” brasileira não pode ser limitada a uma forma de via prussiana. Como foi destacado neste trabalho a formação do Estado capitalista brasileiro é marcada pela sua condição de colônia, como mostrou Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Por esse fato Mazzeo (2015) se aproxima da categoria de via colonial que leva em consideração o fato de o Brasil ter sido uma colônia para entender a formação social do país.

Entretanto, o Brasil tem semelhanças com o caso Alemão. De acordo com Mazzeo (2015, p. 105) “[n]a Alemanha, como no Brasil, a unidade nacional é imposta de cima para baixo”, ou seja, aqui também temos uma modernização “pelo alto”. Além disso, as massas são completamente excluídas do processo, porém há diferenças estruturais principalmente pela formação social brasileira perpassar pela sua condição de colônia por praticamente três séculos.

---

**constante industriais**; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, **num golpe**, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial.”

O aspecto prussiano da formação brasileira é evidenciado pela sua condição de retardatário. Entretanto, não se constituiu aqui um capitalismo tardio que se enquadra nas ditas tendências de desenvolvimento do capitalismo mundial (MAZZEO, 2015). Desse modo Mazzeo (2015), de forma pertinente, classifica a “via brasileira” a partir da noção de “via prussiano-colonial” que ao mesmo tempo que leva em consideração o caráter tardio do capitalismo brasileiro não despreza seu passado colonial.

Segundo Mazzeo (2015, p. 106) existe diferenças fundamentais entre as duas vias:

[...] se na “via prussiana” o processo conciliador ainda leva sua burguesia à autonomia nacional e ao progresso econômico de molde “capitalista verdadeiro”, na “via prussiano-colonial”, ao contrário, a interioridade escravista direciona para a subsunção de sua burguesia aos polos centrais do capitalismo e para a consolidação de uma economia que se conforma como subsidiária à grande produção industrial, enquanto “elo débil” do modo de produção capitalista em seu conjunto anatômico.

Portanto, na via prussiano-colonial o caráter reflexo e dependente da nação fica evidenciado. O eixo decisório dessa economia fica no centro do capitalismo mundial, desta forma a nação tem apenas uma autonomia relativa.

Nesse sentido, como chama atenção Sampaio Júnior (1999) ao analisar a formação nacional do Brasil, a tese do Caio Prado Jr. faz sentido ao se preocupar com uma reversão neocolonial para a economia brasileira. Caio Prado Jr via o modelo de industrialização por substituição de importação (PSI) como um dos fatores que iriam intensificar a dependência brasileira com o centro do capitalismo mundial, chegando as vias de uma reversão neocolonial. Sampaio Júnior (1999, p. 421) resume a preocupação de Caio Prado Jr. nas seguintes palavras:

O processo de substituição de importações terá mudado radicalmente de significado no pós-guerra, pois, no entendimento de Caio Prado, o controle do capital internacional sobre os setores dinâmicos da indústria comprometeria irremediavelmente o movimento de nacionalização da economia brasileira. Além de desvirtuar o caráter construtivo das relações orgânicas que se formavam entre forças produtivas, base empresarial nativa e mercado interno, a presença dominante dos grandes trustes multinacionais reforçava perigosamente os laços de dependência externa da economia brasileira.

A conclusão imediata de Caio Prado foi que a economia brasileira estava perdendo o controle sobre o PSI, quanto ao seu sentido, ritmo e tempo. E assim ficaria suscetível a forças que poderiam reconstituir o antigo sistema colonial. Entretanto, até os anos de 1980 a estabilidade da economia brasileira dava a entender que a tese de Caio Prado Jr. estava equivocada, pois mesmo sem enfrentar os problemas relacionados ao capital estrangeiro, o Brasil experimentou expansão e diversificação industrial. Porém, nesse momento onde dependência e desenvolvimento não pareciam ser uma contradição, iniciou-se processo de crises na economia brasileira, efeito direto das alterações da ordem econômica mundial. Isto evidenciou a vulnerabilidade da economia brasileira provocadas em grande medida pelos vícios do capital estrangeiro (SAMPAIO JÚNIOR, 1999).

Novamente, a economia brasileira mesmo após a sua “revolução” burguesa que foi gradual e não violenta (conforme Fernandes (2006)) e marcada por uma “pacto de compromisso” (conforme Tavares (1999)) constituído “pelo alto” e que marginalizou as massas (proletariado rural e urbano, camponeses, pequena burguesia e etc.) conseguiu apenas a consolidação de um capitalismo tardio altamente dependente (as vezes com autonomia relativa maior ou menor dependendo da conjuntura do capitalismo mundial) que deixa a economia nacional em via de uma “reversão neocolonial”, no sentido de ser uma economia, que nos marcos da divisão internacional do trabalho, é uma produtora de *commodities* agrícolas para abastecer as economias centrais.

De acordo com Tavares (1999, p. 455) “[n]unca se conseguiu constituir, [...] nenhuma espécie de consenso amplo da “sociedade civil” sobre como governar em forma democrática o nosso país”. Deste modo, temos uma sociedade extremamente autocrática, que possui uma burguesia débil, e dependente dos polos centrais do capitalismo mundial, onde só há sociedade civil aos possuidores de poder político e econômico (MAZZEO, 2015).

### **Considerações Finais**

Ao longo desse artigo, procuramos demonstrar de que forma a transição do feudalismo para o capitalismo ocorre. Para assim, analisar de que forma o desenvolvimento do capitalismo mundial, em específico, as vias de desenvolvimento contribuem para o entendimento da formação do Estado nacional brasileiro e a especificidade da revolução burguesa brasileira.

Nesse sentido, a segunda seção procurou fazer um breve levantamento do processo de transição sob a ótica de Sweezy, Dobb e Wood. Nela, se demonstra que longe de ser um processo simples, a transição é um tema cheio de especificidades que leva a um caloroso debate. Desse modo, enquanto Dobb (1988) entende a transição como advinda essencialmente do campo e situa a dissolução do feudalismo na luta de classes existente entre senhores e camponeses, Sweezy (1977) concentra sua análise nas cidades e no comércio. Wood (2001) tende a acompanhar Dobb (1988), entretanto nenhum dos dois está imune a suas críticas, pois aderiram em menor ou maior grau ao “modelo mercantil”. A preocupação de Wood (2001) consiste justamente que até os modelos que se propõem críticos ao modelo mercantil acabam utilizando-se de elementos desse modelo para explicar a transição do feudalismo para o capitalismo.

Já Poulantzas (1977) preocupa-se em analisar os distintos casos da formação e desenvolvimento do capitalismo europeu. Se ocupa de três casos principais: o caso inglês, o caso francês e o caso alemão. Demonstra que apesar de estarem inseridos na chamada “via

clássica” de desenvolvimento capitalista na França e na Inglaterra, tiveram diferenças nos seus processos de revolução burguesa. Ao passo que a burguesia francesa, para ascender ao poder político, foi obrigada a se apoiar no pequeno campesinato e na pequena burguesia, além dos operários das manufaturas, na Alemanha, em particular na Prússia, não houve a superação das relações feudais de produção. O que ocorreu foi uma reacomodação “pelo alto” dos interesses da nobreza fundiária e da burguesia emergente. Por isso, as massas foram completamente excluídas do processo revolucionário.

A seção três, com base na seção anterior, discute a formação do Estado nacional brasileiro procurando compreender como se deu a revolução burguesa no seu território. Dessa maneira, preocupou-se em estabelecer que a colonização brasileira faz parte de um movimento do capitalismo mundial, situado justamente nesses séculos de transição (analisados na seção três) que teve como resultado o desenvolvimento capitalista integrados com o capitalismo mundial e de acordo com a divisão internacional do trabalho, mas devido suas especificidades fez com que surgisse uma formação socioeconômica particular.

Portanto, a discussão sobre a via prussiana ajuda a compreender a formação do Estado nacional brasileiro e a sua revolução burguesa, porque pressupõe um capitalismo tardio constituído através de uma revolução burguesa “pelo alto”. Porém, não é suficiente para explicar nossa formação social, porque desconsidera o passado colonial e escravista do nosso Estado. Desse modo, a noção de “via prussiano-colonial” (proposta por Mazzeo (2015)) parece mais apropriada, justamente por levar em consideração a particularidade de uma via colonial em conjunto a constituição de um capitalismo tardio. A via prussiano-colonial fica evidenciada no caráter dependente da economia brasileira em relação aos países centrais do capitalismo mundial. Assim, a preocupação de Caio Padro Jr. de uma reversão neocolonial para a economia brasileira volta a fazer sentido (conforme Sampaio Júnior (1999)), devido as dinâmicas impostas pela divisão internacional do trabalho.

## **Bibliografia**

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FIORI, José Luís. Sonhos prussianos, crises brasileiras: leitura política de uma industrialização tardia. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 41-61, 1990. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/743/997>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HIRSCHMAN, Albert. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os economistas 1 v.)

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

\_\_\_\_\_. O escravismo colonial: modo de produção ou formação social. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 203-214, mar./ago., 1986. Disponível em: <[www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=3636](http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3636)>. Acesso em: 12 dez. 2018.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

\_\_\_\_\_. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil SA, 1987.

SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. O impasse da “formação nacional”. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 415-447.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os economistas, 1 v.)

SWEEZY, Paul. Uma crítica. In: **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 33-56.



TAVARES, Maria da conceição. Império, território e dinheiro. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 449-489.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

*Artigo recebido em 24/03/2020*

*Aprovado em 26/03/2020*

Como citar esse artigo:

SOUSA, Carlos Alberto Francisco de; XAVIER, Glauber Lopes. Revolução burguesa no Brasil: desenvolvimento do capitalismo mundial e a formação do estado nacional brasileiro. *Revista de Economia da UEG*. Vol. 16, N.º 1, jan/jun. 2020.